

# notícias da **FEDERAÇÃO**



JORNAL DA FNSP/FNE  
ANO VI - Nº2 - SETEMBRO/90  
PREÇO: 100\$00 BIMENSAL

Directora: Manuela Teixeira

**ANO LECTIVO 1990 / 1991**

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

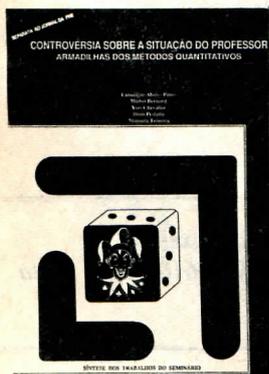
**REGULAMENTAÇÃO DO ESTATUTO**

**CARREIRA DO ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO**

**CARREIRA DOS PROFESSORES DO ENSINO PARTICULAR**

**RESOLUÇÃO DAS SITUAÇÕES DE PRECARIDADE DE VÍNCULO**

**CARREIRA DOS TÉCNICOS, ADMINISTRATIVOS E AUXILIARES DA EDUCAÇÃO**



**CONCLUSÕES DO SEMINÁRIO**

**CONTROVÉRSIA SOBRE A SITUAÇÃO DO PROFESSOR  
ARMADILHAS DOS MÉTODOS QUANTITATIVOS**

*EM SEPARATA A ESTE JORNAL*

## A VIDA NOS SINDICATOS MEMBROS DA FNE

-FLASHES

### SDPAçores

O Sindicato Democrático dos Professores dos Açores tem desenvolvido uma campanha de sindicalização e dinamização com o grande objectivo "Uma escola um delegado sindical".

A campanha tem-se desenvolvido nas ilhas das Flores e do Corvo. Em S. Miguel a sua acção tem-se centrado no concelho do Nordeste onde existe um número significativo de associados e delegados sindicais.

No final deste mês estará em distribuição uma brochura que incluirá as Regalias Sociais das ilhas de S. Miguel e da Terceira

### SINDLEP

Realizaram-se no passado dia 25 de Maio, as eleições dos DELEGADOS DISTRITAIS do SINDLEP.

Dando um sinal de vitalidade as eleições foram muito participadas, sendo de realçar o facto de, pela primeira vez na vida do SINDLEP, se ter conseguido que, em todos os distritos do país, e simultaneamente, fossem eleitos os respectivos Delegados Distritais.

De acordo com os estatutos, na primeira reunião do Concelho Coordenador, realizada após as eleições, foram igualmente eleitos o Conselho Fiscal e a Direcção, tendo-se mantido, **eleitos por unanimidade**, os elementos do anterior mandato.

### STAAE-ZN

Continuando o seu trabalho em defesa do pessoal não docente da Federação o STAAE-Norte em breve reunirá com o ME no sentido de discutir os diplomas referentes a concursos e à segurança nas Escolas. Encontra-se ainda a Direcção empenhada no apoio à constituição do STAAE-Sul e Regiões Autónomas dos Sindicatos da Federação.

### SDPGL

No âmbito da formação de professores o SDPGL promove um curso de 45 horas sobre "O Projecto Educativo na Escola Primária". Este curso iniciou-se no dia 10 de Setembro abordando as seguintes temáticas: A Escola como Comunidade Educativa; O Projecto Educativo (noção, metodologia,...); A Escola como Agente de Promoção do Sucesso Educativo.

Posteriormente os professores procederão à realização de um projecto concreto. Prevê-se, desde já, a realização de módulos complementares deste curso em anos subsequentes referentes à parte correspondente ao desenvolvimento de projectos.

### SDPSul

No âmbito da formação sindical (em colaboração com o SPZN), o SDPSul efectuou, nos passados dias 10, 11 e 12 de Setembro, um curso para Delegados Sindicais dos vários níveis de ensino.

Durante o mês de Setembro o SDPSul vai inaugurar a sede da Delegação Distrital de Portalegre **Rua Alexandre Herculano, 96 B - Portalegre - Telefone - 045/27551** pretendendo com isto reforçar a capacidade de intervenção e influência no distrito e contribuir para uma maior aproximação aos interesses dos sócios e professores em geral

### SDPMadeira

No passado mês de Junho constituiu-se o Sindicato Democrático dos Professores da Madeira. Este Sindicato faz já parte da Federação Nacional dos Sindicatos. É uma organização nova que se está a impor numa região onde se impunha a criação de uma alternativa sindical democrática.

O SDPMadeira com o apoio da FNE realiza nos próximos dias 17, 18, 19 e 20 de Outubro um seminário sobre "Currículo e Relatório Crítico".

## NOVOS DESAFIOS

Tendo lutado, ao longo de todo o seu percurso histórico, pela melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores da Educação, a FNE - sem renunciar a uma acção reivindicativa permanente - vai assumir no ano de 1990/91 novas responsabilidades: vai investir na formação dos seus associados, elemento indissociável da sua luta pela qualidade de vida dos profissionais da Educação.

Para além da melhoria da qualidade da formação profissional dos professores - pela qual sempre nos temos batido - importa encontrar, também, uma solução adequada para a importante problemática da formação contínua dos trabalhadores da Educação (docentes e não docentes). Exige-o a qualidade do serviço a prestar e a própria realização profissional destes corpos profissionais.

É patente que os profissionais da Educação - como aliás outros profissionais - sentem hoje uma insegurança profunda face a alterações que não controlam, a novos conhecimentos que não dominam, a exigências para que não foram preparados. É por isso que, na nossa perspectiva, a luta de hoje pela melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores passa por um investimento profundo na FORMAÇÃO.

Foi tendo isto em conta que a FNE deliberou apostar em três grandes vectores de formação :

- \* a constituição de um Instituto Superior vocacionado para a formação contínua e para a investigação;
- \* um programa nacional de formação que no ano lectivo em curso incidirá sobre a teoria e a prática da elaboração de relatórios e de currículos profissionais;
- \* a celebração de protocolos com Instituições de Ensino Superior que aumentem a capacidade de formação da FNE e que permitam a creditação das suas acções particularmente até à institucionalização completa do Instituto.

Com Max De PREE acreditamos que *"O trabalho deve e pode ser produtivo e compensador, significativo e favorecedor da maturação, enriquecedor e satisfatório, saudável e alegre."* (Liderar é uma arte p. 44). Mas para isso cada um de nós tem de sentir-se à vontade no trabalho que realiza. Já não é pensável que se lute pela melhoria da qualidade de vida dos professores e demais trabalhadores da Educação sem, ao mesmo tempo, apostar definitivamente no caminho da FORMAÇÃO.

MANUELA TEIXEIRA

## EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE HUMANA

Autoria: Maria das Dores Formosinho Simões  
Professor Auxiliar da Faculdade de Psicologia e de Ciências da  
Educação da Universidade de Coimbra

Configurando-se o título da minha comunicação com uma temática tão ampla e vasta da minha comunicação com uma temática tão ampla e vasta, optei por centrar a minha exposição no debate de três questões que se me afiguram de particular pertinência, no contexto dos objectivos deste Congresso e que passo a citar:

- Será a inteligência fundamentalmente hereditária ou poderá a estimulação precoce modificar de modo significativo o potencial cognitivo dos indivíduos?

- A avaliação dos efeitos de alguns programas de educação pré-escolar tem provado a sua incidência positiva a médio e longo prazo?

- Que novas funções deve desempenhar a escola para responder às necessidades de desenvolvimento das crianças de hoje?

1. Toda a acção pedagógica desenvolvida ao longo da história da humanidade assente no pressuposto de que o indivíduo humano é educável, ou seja, de que é possível, mediante um esforço concertado de formação, promover ou actualizar potencialidades que não se manifestariam na ausência da referida formação.

Não obstante esse reconhecimento generalizado de *educabilidade* do ser humano, algumas teorias psicológicas atribuíram uma particular ênfase aos aspectos inatos do comportamento humano. Como refere Hunt, em 1961, no Prefácio ao seu conhecido livro *Intelligence and experience* "por cerca de metade de um século, a concepção mais influente acerca da natureza humana foi dominada pela assumpção de uma inteligência fixa e de um desenvolvimento predeterminado" (1).

Tomadas em conjunto estas duas assumpções deram suporte à concepção de uma inteligência inata que *evoluiria a um ritmo fixo até um nível predeterminado*. Elaboradas, neste contexto, as técnicas de medição da inteligência justificavam o seu valor preditivo, graças à convicção de que o Q. I. é imutável.

A nível da investigação psicológica esta crença na imutabilidade da inteligência produziu um certo

desinteresse dos investigadores pela análise dos efeitos das experiências precoces no desenvolvimento intelectual (2), concentrando-se os esforços heurísticos no estudo das diferenças interindividuais.

No plano pedagógico, a concepção teórica geneticista teve implicações várias, algumas positivas outras negativas. Considere-se, assim, a atenuação do autoritarismo no ensino e a eclosão de uma atitude mais liberal, face à insistência dos psicólogos na importância dos factores maturativos para o sucesso das aprendizagens. Digamos que professores e pais foram instados a deixar crescer livremente as crianças, sem lhe impôr demasiados constrangimentos que, eventualmente, poderiam exercer uma influência nefasta no processo natural de evolução genética.

A par com esta influência salutar, outras implicações menos positivas decorreram da influência dominante da teoria geneticista. Pelo facto de se aceitar que a inteligência e outras aptidões são inatamente predeterminadas, não foram devidamente considerados os efeitos da educação precoce no incremento do potencial cognitivo dos sujeitos, admitindo-se, até que tal tipo de estimulação poderia comprometer o saudável desenvolvimento das crianças. Assim, os programas de educação pré-escolar que foram elaborados nas décadas de 30 a 50 centraram os seus objectivos educativos no domínio sócio-emocional.

A concepção inatista da inteligência conduziu também os professores à *descrença* na eficácia dos seus próprios esforços pedagógicos, relativamente ao desenvolvimento das capacidades cognitivas dos sujeitos. Como judiciosamente observa Rheta De Vries "se o professor acredita que a inteligência é imutável, não pode conceber o seu papel como sendo o de incrementá-la. Tudo o que lhe é deixado é incrementar a provisão individual de informação" (1974, p. 17). Esta atitude pessimista face às potencialidades dos esforços educativos conjugando-se com a confiança na avaliação psicométrica levou a que a comunicação que era feita aos professores relativamente ao Q.I. dos alunos, gerando neles expectativas positivas ou negativas acerca dos discentes produzisse efeitos edipianos

(cont. na pág. 6)

SEPARATA DO JORNAL DA P...

# CONTROVÉRSIA SOBRE A SITUAÇÃO DO PROFESSOR ARMADILHAS DOS MÉTODOS QUANTITATIVOS

Conceição Alves - Pinto  
Michel Bernard  
Yves Chevalier  
Dinis Pestana  
Manuela Teixeira



SÍNTESE DOS TRABALHOS DO SEMINÁRIO

Em 27 de Junho de 1988 o Ministro da Educação Roberto Carneiro constituiu uma comissão com o mandato expresso de "elaborar um estudo sobre a situação do professor em Portugal, tendo como âmbito de referência a Educação Pré-Escolar e os Ensinos Básico e Secundário". Pretendia o Ministro, como se lê no preâmbulo do seu despacho, conhecer "de modo rigoroso" a situação dos professores.

Em Fevereiro de 1989 foi tornado público o relatório final da Comissão e divulgado o teor de um relatório parcelar - até à data ainda não publicado - sobre as taxas de sindicalização dos professores nas diferentes organizações sindicais.

Face à enorme discrepância entre os dados desse relatório e a realidade, a Federação Nacional dos Sindicatos da Educação propôs que a Comissão referida verificasse o erro, para o que lhe facultou o acesso a parte dos seus ficheiros de sócios e correspondentes provas contabilísticas de pagamento de quotas.

Não tendo a Comissão, presidida pelo sociólogo Braga da Cruz, manifestado qualquer disponibilidade para reconhecer o erro e, por si própria, investigar onde estaria a origem da distorção verificada, decidiu a FNE solicitar a especialistas das áreas de Estatística, Sociologia e Ciências da Educação que apreciassem cientificamente a metodologia seguida e emitissem parecer sobre a legitimidade da extrapolação, para o conjunto dos professores portugueses, das respostas obtidas através de uma amostra que, como se veio a confirmar, não foi constituída de modo cientificamente aceitável.

São os pareceres destes especialistas - tanto ou mais graduados do que os membros da comissão criada por Roberto Carneiro - que aqui se divulgam.

II

## Para desmontar relatório Braga da Cruz

# FNE recorre a especialistas

Em 20 de Setembro a FNE promoveu em Lisboa, no Hotel Sheraton, um Seminário subordinado ao tema: "*Controvérsia sobre a situação do professor - armadilhas dos métodos quantitativos*" que contou com a participação de:

**Dinis PESTANA**, doutorado em Estatística pela Universidade Sheffield, professor catedrático de Estatística e presidente do Departamento de Estatística, Investigação Operacional e Computação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;

**Yves CHEVALIER**, doutorado em Sociologia, professor da Universidade de Tours, especialista de metodologia (métodos quantitativos e qualitativos), autor dos artigos metodológicos na enciclopédia "La sociologie et les sciences de la société" e no "Dicionário da Sociologia" (Larousse). Membro do GEMAS - Grupo de Estudos dos Métodos da Análise Sociológica - do CNRS - Paris.

**Michel BERNARD**, doutorado em Ciências da Educação, professor da Universidade de Nantes. Responsável pela Unidade de Investigação e Cooperação Internacional no Institut National de Recherche Pédagogique (INRP) - Paris.

**Conceição ALVES PINTO**, doutorada em Ciências da Educação pela Universidade de Tours, professora associada do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, onde é responsável pela cadeira de Sociologia da Educação, directora de investigação na Universidade de Tours.

Com este seminário e com o livro que conterà os pareceres destes reputados especialistas a FNE cumpre a promessa feita há alguns meses de fazer o "relatório do relatório Braga da Cruz".

Na abertura do Seminário Manuela Teixeira afirmou: "*A história deste seminário é antes de mais uma demonstração da persistência e da resistência com que a Federação Nacional dos Sindicatos da Educação luta por aquilo em que acredita*". Explicitou, de seguida os objectivos da realização da FNE: "*Queremos perceber as razões pelas quais os autores chegam a resultados que se afastam tão grosseiramente da realidade. Queremos, também, que em Portugal se inicie uma prática cientificamente muito saudável de contestar com rigor os resultados de investigações científicas, ou pertensamente científicas*". Os títulos académicos - enfatizou - não devem dar a ninguém a garantia de que os seus trabalhos estão preservados de qualquer apreciação crítica por terceiros.

A FNE pediu a todos os seus convidados que apreciassem a forma como a amostra foi constituída e que emitissem parecer sobre a legitimidade de, a partir dessa amostra, se tirarem conclusões para o universo dos professores.

## Cronologia da entrega/recusa dos dados

*A análise do relatório Braga da Cruz exigia o conhecimento de vários elementos que o relatório não desvendava. Assim a FNE pediu os dados necessários à comissão.*

*Foi um processo longo e complicado - mesmo escandaloso - que exigiu o recurso ao Ministro da Educação, autor da encomenda do estudo. Mesmo assim não se obtiveram os dados todos.*

### DATAS DOS PEDIDOS FORMULADOS E DAS RESPOSTAS RECEBIDAS

DADOS SOLICITADOS	PEDIDO À COMISSÃO	ENVIADO PELA COMISSÃO	PEDIDO AO MINISTRO	ENVIADO PELO MINISTRO
Método de selecção dos professores inquiridos	5/2/90	não	6/4/90	24/4/90
Pontos de amostragem	5/2/90	não	6/4/90	não
Composição da amostra por regiões e sector de ensino	5/2/90	7/2/90	-----	-----
Composição da amostra cruzando região e sector de ensino	14/2/90	não	6/4/90	26/6/90

### COMO REAGIRIAM OS "MESTRES" SE O RELATÓRIO FOSSE TRABALHO DE ALUNOS SEUS

No final de um dia de debate sobre o Relatório Braga da Cruz e sobre a validade da amostra - inspirado talvez na forma como Yves Chevalier concluíra a sua comunicação- alguém, na sala, perguntou aos "Mestres":

O que faria aos seus alunos se estes lhe apresentassem um tal relatório?

**Yves Chevalier** confirmou o veredicto inicial: "Devolve pura e simplesmente o trabalho!"

**Dinis Pestana**, calmamente e após alguns momentos de hesitação, retorquiu: "Apreciaria o trabalho e como o aluno não é um estatístico, deixava-o passar!"

Tal afirmação, como não poderia deixar de ser, levantou algumas questões por parte dos outros "mestres" ao que prontamente explicou: "Face a uma passagem ou reprovação há duas posições possíveis: a da Justiça ou a da Misericórdia. E eu, caros colegas, neste caso, optaria pela Misericórdia..."

Por último **Conceição Alves Pinto** afirmou: "Posta perante tal situação eu diria ao aluno: Aqui tem o seu trabalho, refaça-o, corrija-o e entregue-mo de novo"

Dispensamo-nos, assim, de fazer qualquer outro comentário ou até de aventar qualquer hipótese. Estamos mesmo indecisos entre qual das opções escolheríamos.

## Especialistas coincidem: a amostra está distorcida; os resultados não podem ser generalizados.

### DINIS PESTANA

*“(...)dispendeu-se bom dinheiro a seleccionar ao acaso os estabelecimentos de ensino em que se iam seleccionar os docentes a questionar, mas estes foram seleccionados pela disponibilidade que tiveram para responder ao inquérito na sala dos professores. Isto exclui desde logo os que têm horários sem furos, os que permanecem em laboratórios ou ginásios, os que preferem ir ao bar tomar café ou ficar a conversar com os alunos; por azar, ao que me dizem, parte do tempo em que o inquérito foi efectuado coincidiu com uma greve de professores, enviesando ainda mais a amostra. Assim, a escolha aleatória dos estabelecimentos de ensino foi, a meu ver, desnecessária, pois o passo seguinte inviabilizou a recolha de uma amostra casual. Assim, só pode o relator colher o meu aplauso em se manter em nível descritivo da amostra, e não procurar inferir nada desta. Pena é que nem sempre seja perfeitamente claro do relatório que não se está a descrever a população, mas sim uma amostra obtida de forma que pode ser considerada controversa.”* (os sublinhados são nossos)

### YVES CHEVALIER

*Pode-se portanto concluir que foi introduzido na amostra todo um conjunto de desvios, os quais, longe de se neutralizarem reciprocamente, podem ter conjugado os seus efeitos. Quer isto dizer que a amostra, tal como foi determinada não pode ser considerada como uma amostra estatisticamente representativa. Não é portanto possível, em nenhum caso, generalizar à totalidade da população dos professores do ensino não superior os resultados obtidos a partir desta amostra.* (os sublinhados são nossos)

### MICHEL BERNARD

*Neste estudo não foram reunidas condições de rigor, de qualidade e de pertinência. Existe incompatibilidade entre o estudo concebido e apresentado como nacional e representativo, entre os recursos importantes utilizados e os resultados difundidos. (...) A amostra não é estatisticamente representativa.* (os sublinhados são nossos)

### CONCEIÇÃO ALVES-PINTO

*“a amostra de professores sobre a qual repousa o relatório sobre a “situação do Professor em Portugal”, não tendo sido escolhida de forma aleatória, não pode dar elementos fidedignos para o conhecimento da situação do professor em Portugal. O relatório publicado apenas dá informações sobre o conjunto concreto de professores interrogados e qualquer afirmação que pretenda o contrário é falaciosa.”*

## UMA QUESTÃO DE DEONTOLOGIA a conclusão de Michel Bernard

No que diz respeito à taxa de sindicalização e à repartição pelos sindicatos o estudo não permite de forma alguma as interpretações generalizadas que foram feitas. De uma forma mais global o conjunto dos dados e a sua interpretação não são explícitos nem admissíveis se não em referência a esta amostra não representativa e às modalidades de desenvolvimento deste inquérito.

*Como é possível então ousar extrapolar, generalizar mesmo a partir deste inquérito?*

Como é possível que se diga e escreva que os resultados são significativos e por isso, "sem margem para dúvidas" a expressão da realidade. Ainda que a amostra fosse estatisticamente representativa - o que não é o caso presente - os resultados não são senão prováveis e mesmo assim dentro de certas condições.

Por outro lado a análise da divulgação das informações conduz-nos à recomendação de utilização de uma leitura sociológica da concepção e da divulgação do inquérito. Pois para além das questões graves que se põem sobre a sua não representatividade impõe-se, na nossa opinião, um inquérito sobre o inquérito.

Os inquiridos, os que encomendaram o estudo e o público têm o

direito de exigir, com os recursos investidos, estudos fundamentados cientificamente e que conduzam a interpretações que integrem as condições e reservas que se impõem.

Sem exigências científicas e deontológicas rapidamente nos poderemos confrontar com a manipulação da realidade e da verdade. Para fazer face a este problema, a perspectiva política e o rigor científico devem estar permanentemente presentes.

### Recomendações

No presente e no futuro, devemos reter como prioridade as três recomendações que seguem:

**a) A situação sócio-profissional dos professores é um assunto complexo quer em Portugal quer noutra qualquer. Além de ser necessário um melhor domínio - urgente - dos dados estatísticos de base, convém efectuar diversos estudos no quadro de um programa plurianual. Tais estudos implicam uma visão plural, uma diligência quantitativa e qualitativa supervisionada por um conselho científico de alto nível.**

**b) Este inquérito coloca de forma premente e grave o problema da deontologia neste domínio. Re-**

**comendamos que a nível nacional seja elaborada, aprovada e respeitada uma carta deontológica que integre as garantias do processo e do procedimento, do inquérito, assim como da divulgação e da utilização dos resultados. As exigências deontológicas respeitariam também a fase preliminar aos inquéritos.**

**c) Quanto à taxa de sindicalização os dados e comentários do inquérito repousam uma vez mais num procedimento não científico que não pode em caso algum ser tomado em consideração para caracterizar a situação actual.**

Sobre este assunto delicado em Portugal, como aliás em qualquer outro local, existem outras abordagens para aflorar e tratar a sindicalização. Estas abordagens, no interesse de todos, implicam a concertação entre os parceiros e, como é óbvio o concurso dos sindicatos, a utilização de um procedimento de análise aprofundado.

Se estas três recomendações tivessem sido tidas em conta, o estudo teria, indirectamente contribuído para maiores exigências científicas e para um maior respeito do político. Mas nada poderá apagar jamais o que foi feito por falta de rigor científico e deontológico.

## COMO MENTIR COM ESTATÍSTICA

uma lição de Dinis Pestana

*Os participantes no seminário receberam uma brilhante e humorística lição sobre estatística, a cargo do Presidente do Departamento de Estatística, Investigação Operacional e Computação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Ensinou-nos o professor Dinis Pestana "Como mentir com Estatística". Prometeu dar-nos um curso breve mas intensivo e... cumpriu.*

*Na impossibilidade de transcrever toda a sua lição - em que dá conselhos sábios à Secretária Geral da FNE sobre como oferecer "um banquete estatístico" aos seus convidados - apresentam-se de seguida alguns excertos. (A selecção é da exclusiva responsabilidade da direcção do jornal).*

**Vol-au-vent de amostragem com molho picante.**

É comum afirmar que a recolha de dados é determinante, e que muitas vezes o Estatístico é consultado numa altura em que as asneiras são já irremediáveis, não servindo os dados recolhidos rigorosamente para nada.

Alguns anos atrás uma expedição ao sul de Angola integrava uma dotada especialista de Antropologia Biológica, que na oportunidade se dedicou ao estudo dos bosquimanos.

A fim de obter uma amostra de dimensão razoável, foram os indígenas aliciados a cooperar, pagando-se-lhes para se deixarem medir.

Achava o pai da Dr<sup>a</sup> ... que uma senhora não repousa o olhar em certos detalhes da anatomia masculina, pelo que foi solicitada a colaboração de dois magalãs na operação de medir o comprimento do pénis dos bosquimanos. Limitava-se a sua intervenção a segurar um púdicó pano entre a Dr<sup>a</sup> ... e o espécime em observação, enquantando a senhora, guiada pelo tacto, aplicava a fita métrica. Foi um êxito!

Conseguiu a Dr<sup>a</sup> ... uma amostra maior do que qualquer outro investigador da questão. De facto, análise de dados demográficos demonstram que conseguiu mesmo uma amostra maior do que a população! Aliciados pelo pagamento (ou pela dedicação à Ciência da Dr<sup>a</sup> ...), voltavam sempre, sujeitando-se a esperar em bicha a sua vez.

E os resultados ...

Os bosquimanos do sul de Angola demonstravam (comparação de médias, medianas e outros quantis) estarem mais bem apetrechados do que os da África do Sul. E curiosamente a sucessão de dados no tempo crescia claramente por ciclos (o que até deu argumentos à Dr<sup>a</sup> ... para refutar a acusação de que acima

me fiz eco, de que tinha uma amostra maior do que a população).

Espíritos pirrónicos acusaram a Dr<sup>a</sup> ... de ter manipulado os dados!

**Ragoût de regressão e correlação guarnecido com pecados da carne**

A ambição de qualquer sábio é inventar uma relação de causa a efeito entre ordens de fenómenos diversos, relação de preferência expressa por uma fórmula matemática, que sempre concita o respeito dos leigos.

Ora os dados são o que são, e em geral têm o mau gosto de não se conformar exactamente a uma fórmula matemática. Assim há que depurar a abordagem, procurando uma curva (de regressão) que em algum sentido minimize as discrepâncias; ou tão só uma medida de associação (por exemplo o coeficiente de correlação) que claramente indique haver uma relação indementível entre duas variáveis.

Uma vez estabelecida a correlação estatística, o salto para uma relação de causa a efeito é apenas uma pequena pirueta, que tem proporcionado as mais brilhantes teorias.

Um médico de um colégio inglês infundia nos adolescentes um perene medo de se envolverem em actividades sexuais, medo justificado, já que como todos sabem relações sexuais causam o cancro - 100% dos cancerosos ou praticaram relações sexuais ou são filhos de pessoas que praticaram relações sexuais.

**Merengues com cobertura de testes de hipóteses**

Entusiasmado pela criação da especialidade em nutricionismo, um jovem médico cometeu o deplorável faux-pas de afirmar em entrevista à

RTP que os portugueses consomem excesso de açúcar, fazendo perigar a sua saúde, pois que o açúcar é bem mais nocivo do que geralmente se julga.

Os industriais do açúcar logo difundiram tempos de antena, demonstrando que não há evidência estatística de que o consumo do açúcar esteja relacionado com incidência de cancro, cárie dentária, obesidade, porventura mesmo diabetes.

Assim, sugiro que numa ocasião festiva se ofereça um doce bem doce, quase só açúcar, por que não merengues.

### Saúdes e Discursos

Será porventura a oportunidade para abordar o "Relatório Braga da Cruz", sobre o qual me quis consultar.

Para me centrar em algumas das questões que acima suscito sobre o bom e o mau emprego da Estatística, falemos de algumas coisas que menos me agradaram:

Muitas vezes senti que a leitura era demasiado "guiada" pelas convicções do relator. De facto, é bem sabido que ao seleccionar o que se diz e se não diz, se altera substancialmente a percepção do leitor.

(...) os dados são tratados com uma reverência que não esperava, não só pelo tipo de amostragem que foi feita, como por não haver nenhum intervalo de confiança para os valores tabulados.

Não me parece que os relatores, face à amostra enviesada que têm, possam afirmar o que afirmam com peremptória certeza, mas decerto estão prontos a reconhecê-lo.

## OS ERROS NÃO ESTÃO SÓ NA AMOSTRA - conclusões de Conceição Alves-Pinto e Yves Chevalier

### CONCEIÇÃO ALVES-PINTO

#### Vêm-se diferenças onde elas não existem

Um exemplo entre os muitos possíveis:

Quanto ao interesse dos professores pela política nas várias regiões, diz o relatório (pág. 93):

“Do ponto de vista regional, o interesse pela política é mais elevado no Centro (76%) que nas restantes regiões, sobretudo do que nas ilhas, onde diminui relativamente (69,6%)”. Ora acontece que se forem calculados os intervalos de confiança temos que nenhum dos valores encontrados para cada uma das regiões pode ser considerado diferente dos outros pois todos os intervalos se sobrepõem.

	Valor	Intervalo de Confiança	Limite superior	Limite inferior
Norte	72,2%	+/- 4,2%	76,4%	68,0%
Centro	76,0%	+/- 4,4%	80,4%	71,6%
Lisboa	72,3%	+/- 4,9%	77,2%	67,4%
SuL	72,0%	+/- 7,1%	79,1%	64,9%
Ilhas	69,6%	+/- 6,6%	76,2%	63,0%

Ou seja, mesmo que a amostra tivesse sido correctamente escolhida, esta afirmação não podia ser feita, tal como tantas outras que enchem o relatório, porque as diferenças encontradas não são estatisticamente significativas.

### YVES CHEVALIER \*

#### O que as percentagens escondem

Fazem-se afirmações com base em respostas de escasso número de inquiridos.

As conclusões tiradas do quadro "Professores Sindicalizados por Sindicatos e Partidos" são disto um exemplo.

Os números desse quadro, como acontece no resto do Relatório, são percentagens. No entanto, pela leitura cuidada do Relatório concluímos que a informação a que se referem estas percentagens só dirá respeito a 356 inquiridos.

De facto, se se fizer a soma das percentagens referentes à distribuição por partidos encontra-se o valor de 52,8% o que quer portanto dizer que 47,2% dos sindicalizados não pertencem a ( ou não se reconhecem em?) um partido.

Pode-se, assim, reconstruir o quadro em efectivos fictícios (dado ter sido feita ponderação) e verifica-se estarmos perante números muito reduzidos: com efeito o quadro reconstruído indica para o PCP 40 sindicalizados, para o CDS 17 e para a UDP apenas 4.

Ora pode-se ler no relatório: “Os professores dos partidos de esquerda sindicalizam-se mais do que os dos partidos de direita. Assim, 94,5% dos professores do PCP estão sindicalizados, o mesmo acontecendo a 83,1% dos da UDP e ainda a 52,7% do PS. Mas já só 32,8% dos professores do PSD e 25,6% dos do CDS estão inscritos nos sindicatos.”

Note-se que as percentagens apontadas escondem o escasso número de professores inquiridos a que se referem.

Ao trabalhar-se com poucos efectivos a prudência é de aconselhar.

A mesma análise teria provavelmente sido mais interessante para outros números e quadros do relatório; infelizmente, não dispondo de totais - fictícios ou reais - não é possível reconstruir as distribuições em efectivos, e portanto não é possível apreciar realmente a sua validade.

\*(síntese das pp. 62-65 da Edição do dia do Seminário)

# A ÉTICA DOS POLÍTICOS E A ÉTICA DOS CIENTISTAS

Em várias das afirmações públicas que produziu, no confronto que nos opôs, insinuou Braga da Cruz que a lógica que nos movia nada tinha a ver com o interesse pela ciência. Aliás em texto que divulgou à comunicação social em 7 de Fevereiro o Presidente da Comissão afirmava

*“A Comissão compreende e respeita a posição da Dr<sup>a</sup> Manuela Teixeira, da FNE, decorrente das suas responsabilidades sindicais, que são obviamente distintas das responsabilidades científicas desta Comissão”*

Retomando, assim, a problemática de Max Webber o sociólogo português procurava opôr a “ética dos políticos à ética dos cientistas”.

## Os erros de Braga da Cruz

Mas Braga da Cruz, ao citar Webber para explicar o confronto entre a FNE e a Comissão, cometeu dois lapsos importantes:

. **o primeiro** : não ter sido sensível ao teor dos argumentos esgrimidos pelos dirigentes sindicais que, no caso vertente, eram pessoas com formação e preocupações científicas;

. **o segundo** : não ter posto o seu trabalho ao abrigo de suspeitas que um trabalho científico rigoroso normalmente acautela.

## A palavra dos cientistas

Já que, segundo a Comissão, de sindicalistas só se pode esperar uma ética política, fomos ouvir os cientistas. **As suas opiniões convergem** na análise que fazem ao relatório : **Nenhuma conclusão generalizável ao universo**

**dos professores portugueses é possível a partir da amostra enviesada com que a Comissão trabalhou.**

## Revisitando Weber

Uma vez que WEBER inspirou a argumentação do presidente da Comissão fomos revisitá-lo no seu clássico livro “O político e o cientista”.

Afirma o autor no seu discurso sobre “a ciência como vocação”: *“comprometo-me a apresentar a prova de que sempre que um homem de ciência permite a introdução no seu trabalho dos seus juízos de valor pessoais, deixa de ter uma plena compreensão do tema.”*

Ora ao analisar os dados do relatório que nos ocupa, muitas vezes, como Dinis PESTANA, “senti que a leitura era demasiado ‘guiada’ pelas convicções do relator”.

Mas o que mais me perturbou, neste longo processo, foi a incapacidade de distância crítica - afinal a distância que deve ter o cientista - que impediu Braga da Cruz e os seus companheiros de Comissão de refazerem o caminho percorrido à procura do erro que lhes anunciáramos.

Não renunciando a preocupações científicas devemos admitir que aceitamos de boa vontade a ética política que se nos atribui. De facto é o mesmo Max WEBER quem nos diz :

**“ A política consiste numa dura e prolongada penetração através de tenazes resistências, e para ela se requer, ao mesmo tempo, paixão e medida” .**

MANUELA TEIXEIRA

## REUNIÃO COM A EQUIPA MINISTERIAL

A Federação Nacional dos Sindicatos da Educação (FNE) reuniu com a Equipa Governamental da Educação dia 25 de Setembro entre as 10H30 e as 13H00.

*Em agenda a problemática da Reforma Educativa - de que foi dada particular atenção aos diplomas sobre Direcção e Gestão das Escolas e sobre Formação Contínua de Professores -, a calendarização das negociações para o ano em curso e a resolução dos problemas da profissionalização dos professores que, sendo efectivos de nomeação provisória, são ainda colocados na 2ª parte do concurso.*

A situação dos Delegados e Subdelegados Escolares, nomeadamente, os da região de Lisboa, foi de novo apresentada tendo-se o Ministro comprometido a rever o despacho que regulamenta a redução das Delegações Escolares e a distribuição de trabalho pelos Delegados e Subdelegados excedentes de acordo com os compromissos assumidos com a FNE em Julho último.

Finalmente, foram apresentadas por Manuela Teixeira, as conclusões do Seminário realizado no dia 20 de Setembro em Lisboa, sobre "Controvérsia sobre a situação do Professor - Armadilhas dos Métodos Quantitativos" promovido pela FNE.

O Ministro da Educação, Roberto Carneiro, reafirmou então que as conclusões do Relatório Braga da Cruz são da exclusiva responsabilidade da Comissão e que o Ministério nem as divulgou, nem tenciona publicá-las.

Enfatizou ainda, Roberto Carneiro, que a publicação deste Relatório se processou em revista independente do Ministério e mostrou a sua disponibilidade para por escrito declarar isto mesmo.

A declaração escrita do Ministro da Educação será publicada pela FNE na edição definitiva dos textos dos especialistas que convidou e que participaram no Seminário.

## ABERTURA DO ANO LECTIVO 1990/1991

A Federação Nacional dos Sindicatos da Educação (FNE) procedeu a um levantamento da abertura das aulas dentro dos prazos fixados pelo ME. Pôde verificar-se que, na generalidade, se deu cumprimento ao calendário escolar no que se refere à abertura do ano lectivo.

Registam-se, como excepção, algumas escolas que não abriram, as quais deviam ter entrado na rede escolar no ano em curso. Outras escolas só abriram parcialmente, por atraso na conclusão de novos pavilhões ou com outros problemas de instalação.

De um modo geral, a FNE mostra-se preocupada com a superlotação da maioria dos estabelecimentos de ensino e com a carência generalizada de pessoal administrativo e auxiliar, o que poderá vir a dificultar o desejável andamento dos trabalhos durante o ano lectivo que agora começou.

Outro problema registado prende-se com a falta de professores em determinadas regiões, o que deverá ser reduzido através da colocação de professores pelo mini-concurso.

A FNE considera ainda negativo os atrasos verificados nas colocações, lembrando que os atrasos nos destacamentos e outras colocações especiais prejudicaram gravemente a 1ª fase do concurso de afectação distrital, dando azo a que professores com maior graduação fossem preteridos por outros menos graduados.

A colocação dos professores de Educação Especial uma vez mais foi feita à revelia da negociação feita com a FNE.

Finalmente a Federação alerta para o corte orçamental previsto para as escolas que poderá pôr em perigo o normal funcionamento do ano escolar.

## ENSINO PARTICULAR

Foi negociado, em Agosto passado, a revisão dos salários dos professores do Ensino Particular para vigorar a partir do dia 1 de Outubro deste ano lectivo.

Esta grelha vem equiparar na base e no topo os vencimentos dos professores do ensino particular aos do oficial, mas não estabelece paridade em todas as categorias. A FNE lamenta este facto porquanto considera que o esforço financeiro que tal acarretaria aos Estabelecimentos de Ensino seria perfeitamente suportável.

Foi instituído o direito a uma refeição por cada dia de trabalho, refeição esta que pode ser substituída pela atribuição

dum subsídio no valor de 350\$00. A instituição deste subsídio vem dar resposta a uma velha aspiração dos professores do Ensino Particular que todos os anos o reivindicava.

Não foi possível, na mesma altura, negociar a carreira destes professores harmonizando-a com a que é instituída pelo Estatuto da Carreira Docente dos Educadores e Professores do Ensino Básico e Secundário. Por tal motivo foi incluído na Convenção, publicada no Boletim de Trabalho e Emprego de 15 de Setembro, um ponto no artigo 2º o que estipula que as negociações sobre esta matéria se iniciarão durante o primeiro período deste ano lectivo.

## EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE HUMANA

(cont. da pág. 4)

de predição.

Face às concepções tradicionais da inteligência, a década de 60 operou uma significativa transformação com incidências profundas no campo educativo. Assim, e por efeito de investigações várias, cresce a convicção de que a experiência e, como tal, os factores ambientais desempenham um papel crucial no desenvolvimento das estruturas neurológicas do cérebro. Nesta viragem, a obra de Hunt, já citada, *Intelligence and experience* constitui um marco importante (3).

A favor da referida tese, o autor acumula provas no sentido de mostrar a influência negativa que a falta ou diminuição da estimulação precoce tem sobre o desenvolvimento intelectual dos indivíduos. Referem-se, assim, como exemplos comprovativos o facto de as crianças criadas em orfanatos com boas condições de higiene e alimentação apresentarem, não obstante isso, níveis inferiores de desenvolvimento intelectual em confronto com as crianças criadas em ambiente familiar. A constatação de que os gémeos ou irmãos nascidos com intervalo inferior a 18 meses também apresentam, em média, valores inferiores aos da restante população coincide igualmente com a hipótese de que a estimulação ambiental interfere no desenvolvimento da inteligência.

2. O impacto cumulativo destas provas gerou um interesse renovado de psicólogos e pedagogos pelos programas de educação pré-escolar, ao mesmo tempo que conduziu a uma modificação nas práticas de socialização precoce (4). Em conjugação com esta nova concepção da estrutura da inteligência, o contexto social e político de luta contra a pobreza era favorável na América, na década de 60, ao investimento no sector da educação pré-escolar. Admitia-se, com efeito, que as crianças das classes desfavorecidas chegavam já à escola primária com sérios *handicaps* que dificultavam o sucesso escolar, pelo que a única solução seria organizar para elas programas de educação compensatória, cognitivamente orientados. Desses programas o mais conhecido é o Projecto Head Start que, iniciando-se em 1965 como programa de Verão para crianças de 4 e 5 anos, cujo nível sócio-económico fazia prever insucesso na escola primária, veio posteriormente a ser programado como ano preliminar ao da escolaridade primária (5).

A aparição de programas de educação compensatória fez reacender o interesse pelos efeitos da educação pré-escolar, originando uma profusão de investigações empíricas.

Se bem que algum cepticismo tenha emanado da avaliação que, em 1969, foi feita do programa Head Start, a nível nacional, a cargo da Westinghouse Learning Corporation e Ohio State University (6), a revisão crítica que da mesma fez Magidson (1977) viabilizou uma perspectiva mais positiva acerca dos efeitos da educação pré-escolar,

justificada por outros estudos.

O autor português Ramiro Marques no seu livro - *A criança na pré-escola. Efeitos e programas* - faz uma revisão de vários estudos que concluem pelos efeitos positivos da educação pré-escolar a médio e a longo prazo (vide Ramiro Marques, 1986).

A médio prazo, observou-se que os programas de educação pré-escolar fazem diminuir o número de crianças obrigadas a frequentar aulas de ensino especial e fazem também diminuir o número de reprovações, incrementando as expectativas das mães e as aspirações das crianças a respeito do seu sucesso.

Também se provou que os sujeitos envolvidos em programas de educação pré-escolar de boa qualidade apresentavam uma menor incidência de comportamentos desviantes tanto na escola primária como secundária.

Outros efeitos sociais a longo prazo seriam uma menor taxa de criminalidade, um número inferior de maternidades na adolescência, uma menor taxa de desemprego. Estes efeitos sociais têm, sem dúvida, conexão com o maior índice de sucesso escolar.

De acordo com a revisão feita por B. Bronfenbrenner (1974), os programas mais eficazes seriam aqueles que produziam um maior envolvimento dos pais (cf Ramiro Marques, 1986, p. 24).

A avaliação dos efeitos da educação pré-escolar incluiu também uma análise dos seus custos económicos. Relacionando as verbas dispendidas com os ganhos obtidos com a diminuição de reprovações e das aulas de educação especial prova-se que o investimento na educação pré-escolar tornar-se-ia um investimento rentável.

Se bem que estes estudos se reportem a uma sociedade diferente da nossa, é possível considerar que a diversidade dos programas a que se reportam, e o elevado número de sujeitos da amostra justifica a generalização das suas conclusões, fazendo-nos admitir que uma educação pré-escolar de qualidade é condição essencial de democratização do ensino.

Apresentando o nosso País uma taxa baixa de frequência pré-escolar, será este, inegavelmente, um dos maiores óbices à igualização das oportunidades educativas.

3. Se a generalização da educação pré-escolar e o maior envolvimento dos pais no processo educativo devem ser tidos por condições fundamentais para a optimização do processo pedagógico, haverá, sem dúvida, que proceder a consideráveis transformações na escola primária para que possa corresponder às necessidades educativas das crianças e às novas funções sociais que lhe são designadas.

Para compreendermos algumas dessas novas funções teremos de entender, em primeiro lugar, às transformações da vida familiar actual que tornam a generalidade das famílias cada vez mais incapazes de poderem assumir por si sós a vigi

## EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE HUMANA

lância das crianças. A redução da família alargada à família nuclear (pai - mãe / filhos), o incremento do emprego feminino leva a que muitos pais necessitem que os seus filhos fiquem retidos na escola por períodos superiores aos que seriam necessários para a sua instrução.

A ocupação dos Tempos Livres dentro da própria escola torna-se, deste modo, uma necessidade social a que a escola tem de dar resposta e que implica, de imediato, uma reorganização da própria arquitectura escolar.

Podemos dizer também que a educação que foi basicamente na sua função social como instrumento de reprodução cultural e de hierarquização do tecido social é hoje percebida numa óptica democrática como agente de transformação social através da igualização de oportunidades que deve estabelecer entre os diversos grupos sociais e através do espírito de tolerância e abertura à mudança que deve fomentar nos alunos.

Preparar para o futuro é hoje em dia como outrora a função da escola. Só que, no passado, o futuro adivinhava-se relativamente igual ao presente, pelo que os professores podiam facilmente reproduzir o próprio tipo de educação que haviam recebido. Hoje em dia, e com a aceleração do progresso científico e técnico, os professores vêm-se na necessidade de continuamente se reciclarem e o mais importante da sua função não é transmitir conhecimentos como conteúdos, mas desenvolver capacidades de modo a facilitar as aprendizagens. Isto porque se supõe que a criança de hoje vai estar envolvida futuramente num processo de formação permanente que lhe vai exigir continuamente proceder a novas aprendizagens.

Fomentar a criatividade dos alunos, ensiná-los a aprender, ajudá-los a ocupar construtivamente os seus tempos livres são funções novas que se delineiam no actual

perfil de funções da escola, e para cumprimento das quais se exigem novas instalações, novos equipamentos e também novas competências por parte dos docentes. Por outras palavras, e empregando a terminologia corrente diríamos que a escola teria de deixar de ser uma *escola curricular* para se transformar numa *escola cultural* (7).

(1) - J. Mcv. Hunt - *Intelligence and experience*, New York, The Ronald Press Company, 1961, v.

(2) - Como faz notar J. Mcv. Hunt (1961, p. 4) é a corrente psicanalista que nas décadas de 40 e 50 mais se interessa pelos efeitos da experiência precoce, mas apenas no que se refere à formação de alguns traços emocionais e sociais da personalidade.

(3) - Para Hunt a inteligência é um complexo de processos nervosos centrais e estratégicos de processamento da informação que é afectado significativamente pelo tipo de encontros que a criança teve com o seu meio.

(4) - A análise que B. S. Bloom (1964) fez de dados longitudinais referentes à inteligência, conduziu-o a inferir que o ritmo de desenvolvimento intelectual é mais acelerado nos primeiros anos de vida, durante os quais tem maior incidência a estimulação ambiental.

(5) - Uma informação detalhada relativamente aos componentes do programa Head Start pode ser encontrada em Ellis D. Evans (2 1975, pp. 60-64).

(6) - Esse cepticismo gerou um aproveitamento racista a partir de estudos como os de A. Jensen (1968; 1969) e teve como efeito uma redução nas verbas investidas no sector da educação pré-escolar.

(7) - Os princípios da escola cultural enquanto escola activa radicam nos princípios do movimento da Educação Nova que ascende ao princípio do século. Admita-se, assim, que a nível dos princípios, a designada escola cultural não apresenta ideias inovadoras. O que há de novo com este movimento, porém, é o facto de pretender aplicar esses princípios na educação das massas. Citando alguns dos trabalhos da Comissão da Reforma do Sistema Educativo a escola cultural possui duas vertentes - a *curricular* e a *extra-curricular*. Essa vertente extra-curricular que incluiria actividades desportivas, actividades culturais, artísticas, técnicas, e outras permitiria a ligação entre a escola e a cultura, funcionando como modelo unificador de toda a existência.

Maria das Dores Formosinho Simões

## FORMAÇÃO INOVADORA NA FNE

O Estatuto da Carreira Docente ao ser aprovado introduziu dados novos na vida profissional de todos os professores. Porque dois dos aspectos são completamente inovadores - Currículo e Relatório Crítico, - e porque a FNE tem consciência de que urge preparar os sócios dos seus sindicatos para os novos desafios que se apresentam, decidiu organizar Cursos sobre esta temática.

Assim, e sob a orientação de Conceição Alves Pinto e Manuela Teixeira realizou-se a formação de um grupo de monitores que acompanharão as acções a desenvolver na parte prática. Os cursos, que se desenvolvem durante 24 horas, são constituídos por uma parte teórica e

uma parte prática ocupando, 4 dias completos de trabalho.

No SPZN fez-se já um primeiro seminário que registou uma forte adesão estando programados para todos os Sindicatos da FNE acções a realizar nos seguintes meses:

SDP Madeira - Outubro  
 SPZN - Novembro, Março, Junho  
 SDPGL - Dezembro  
 SPZC - Janeiro, Abril  
 SDP Sul - Fevereiro  
 SDP Açores - Maio

## PERSPECTIVAS DE NEGOCIAÇÃO

1. Em 1990/91 a FNE negociará com o Governo:

**\*a regulamentação do Estatuto da carreira dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário** - um pacote de mais de cinquenta matérias em que avulta, pela sua complexidade, a alteração dos concursos (que, de acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo, devem passar de nacionais a regionais);

**\* o estatuto da carreira dos professores do ensino superior politécnico** - as negociações reiniciam-se nos próximos dias e devem ficar concluídas até ao final do ano civil;

**\* as carreiras dos técnicos administrativos e auxiliares de educação;**

**\* o sistema de formação contínua de professores**, peça fundamental para o desenvolvimento da carreira dos professores e para garantir a qualidade da educação.

2. A FNE não renuncia à negociação da revisão do Estatuto da Carreira dos Professores do Ensino Universitário a partir do momento em que o Conselho de Reitores emita o respectivo parecer.

Realça-se que a ausência deste parecer está a prejudicar a maioria dos professores universitários, todos aqueles que não são professores catedráticos.

A FNE não renuncia também ao descongelamento dos escalões da carreira do ensino politécnico arbitrariamente decidido contra o acordo celebrado entre a FNE e o Governo em Outubro/89.

3. No primeiro trimestre deste ano lectivo a

FNE pretende negociar as carreiras dos professores do ensino particular (não superior e superior). A equiparação das carreiras dos professores do ensino particular e público exige um esforço nacional que deve exprimir-se na celebração de um pacto social tripartido: Governo, Sindicatos e AEEP.

4. A FNE convidou o Governo a proceder ao levantamento da situação dos professores no que se refere a habilitações e vínculos. Com base nesse levantamento a FNE pretende que se encontre uma solução política e técnica que permita:

*\* que os professores portadores de habilitação suficiente completem as suas habilitações através de um sistema que alie a qualidade à flexibilidade e à pertinência da formação;*

*\* que os professores portadores de habilitação própria mas não de formação profissional tenham acesso a um sistema de profissionalização;*

*\* a uns e outros professores, desde que possuam um determinado tempo de serviço, deve ser garantido um lugar de quadro.*

**A FNE REIVINDICA, ASSIM, QUE SE PONHA TERMO À SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA DE TRABALHO E DA EXISTÊNCIA DE DOCENTES SEM HABILITAÇÃO ADEQUADA QUE TEM CARACTERIZADO O SISTEMA NOS ÚLTIMOS 20 ANOS E QUE CONTRIBUI PARA A DEGRADAÇÃO DA IMAGEM DO PROFESSOR E DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO.**

5. A FNE acompanhará a implementação da Reforma educativa dando particular atenção ao processo de lançamento de um novo sistema de direcção e gestão das escolas.